



POLÍTICA PARA A PREVENÇÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO INSTITUTO DE SÃO MIGUEL

O Instituto de São Miguel exerce a sua atividade de acordo com elevados padrões de responsabilidade e ética profissional, regendo-se pelos princípios da integridade, transparência, honestidade, lealdade, rigor e boa-fé.

O Instituto de São Miguel adota um programa de cumprimento normativo com vista a prevenir, detetar e sancionar atos de Corrupção e Infrações Conexas, levados a cabo contra ou através da sociedade, o qual, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro (“Regime Geral de Prevenção da Corrupção” ou “RGPC”), é composto pelos seguintes elementos (em conjunto, “Programa de Cumprimento Normativo”):

- (i) um Plano de Prevenção de Riscos de corrupção e infrações conexas (“PPR”);
- (ii) uma Política Anticorrupção (“Política Anticorrupção” ou “Política”),
- (iii) um programa de formação interna, e...
- (iv) um canal de denúncias e respetivo Regulamento de Comunicação de Infrações.

1. Objeto

1.1. A presente Política estabelece o conjunto de princípios, valores e regras de atuação, transversais a todas as suas atividades, em matéria de ética profissional e prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, conforme previsto no RGPC (Regime Geral de Prevenção da Corrupção), o qual deve ser lido em conjunto com o *Código de Ética e Conduta* do Instituto de São Miguel e o Regulamento do “Regime Geral de Proteção da do Denunciante de Infrações (RGPDI)”, disponíveis em www.institutosmiguel.org

1.2. Para efeitos da presente Política, os seguintes termos e expressões terão o significado abaixo indicado, quando iniciados por letra maiúscula, no singular ou no plural:

a. **Código de Ética e Conduta do Instituto de São Miguel:** documento que integra um conjunto de princípios que regem a atividade das diversas valências do Instituto de São Miguel e um conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos diretivos e por todos(as) os(as) Colaboradores(as), na sua relação com Utentes, Clientes, Fornecedores(as) e restantes *pessoas envolvidas*. Destina-se também a entidades terceiras, contratadas por ou atuando em nome do Instituto de São Miguel, nos casos em que

esta possa ser responsabilizada pelas suas ações. Está disponível em www.institutosmiguel.org

- b. **Colaboradores(as) e Membros dos Órgãos Diretivos (em conjunto, “Colaboradores(as)”)**: todos(as) os(as) colaboradores(as) do Instituto de São Miguel, incluindo órgãos diretivos de todas as valências do Instituto de São Miguel.
- c. **Corrupção e Infrações Conexas**: os crimes de corrupção, recebimento e oferta indevidos de vantagem, peculato, participação económica em negócio, concussão, abuso de poder, prevaricação, tráfico de influência, branqueamento ou fraude na obtenção ou desvio de subsídio, subvenção ou crédito, previstos no Código Penal, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na sua redação atual, na Lei n.º 34/87, de 16 de julho, na sua redação atual, no Código de Justiça Militar, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2003, de 15 de novembro, na Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, na sua redação atual, na Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, na sua redação atual, e no Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro, na sua redação atual. Fica igualmente abrangida a sua versão em cada momento em vigor bem como outros diplomas que no futuro venham a disciplinar matérias que pela sua natureza se devam considerar aqui abrangidas.
- d. Instituto de São Miguel;
- e. **Influência Significativa**: o poder de participar das decisões das políticas financeira e operacional de determinada entidade ou de uma atividade económica, mas que não confere o controlo sobre essas políticas.
- f. **Parceiros**: os mandatários, auditores externos, clientes, fornecedores e outras pessoas que prestem serviços ao Instituto de São Miguel, a qualquer título, de forma permanente ou ocasional.

2. Âmbito de Aplicação

2.1. A presente Política enquadra as práticas que, nos termos da lei, respeitam as entidades privadas e todos(as) os(as) Colaboradores(as) e Membros dos Órgãos Sociais do Instituto de São Miguel (em conjunto, “Colaboradores(as)”), bem como, com as respetivas adaptações, a todos os que representem o Instituto de São Miguel e todos os seus parceiros.

2.2. A Política Anticorrupção do Instituto de São Miguel é aplicável a todas as suas valências, sem prejuízo do enquadramento legal aplicável nas respetivas geografias e das adaptações específicas que sejam necessárias em função da atividade prosseguida pelas mesmas e dos concretos riscos de corrupção, nos seguintes termos:

- a. no caso das valências do Instituto de São Miguel, as respetivas Comissões Diretivas deverão proceder à transposição desta Política;

- b. no caso do (i) Instituto de São Miguel exercer controlo ou co-controlo, deve incentivar a adoção dos princípios ínsitos nesta Política, bem como promover a adoção das medidas necessárias para, na medida do possível, incentivar a adoção das regras e procedimentos constantes da mesma e, em qualquer caso, sempre em cumprimento da legislação em vigor.

3. Responsável pelo Cumprimento Normativo

3.1. O Responsável pelo Cumprimento Normativo (“RCN”), designado por Conselho Coordenador do Instituto de São Miguel, assegura a execução do Programa de Cumprimento Normativo, sem prejuízo de competências legalmente conferidas a outros órgãos ou Colaboradores(as) do Instituto de São Miguel.

3.2. O Responsável pelo Cumprimento Normativo exerce as suas funções com independência e autonomia decisória, dispondo de acesso à informação interna e aos recursos técnicos e humanos necessários ao exercício das suas funções.

3.3. O Responsável pelo Cumprimento Normativo deverá prestar todos os esclarecimentos necessários sobre a aplicação da Política Anticorrupção e promoverá a realização de auditorias internas regulares com vista à avaliação do cumprimento da mesma.

4. Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas – Regras de conduta e atuação

4.1 O Instituto de São Miguel repudia qualquer prática de corrupção, suborno ou infração conexa, de forma ativa ou passiva, e outras formas de influência indevida ou condutas ilícitas, impondo o cumprimento rigoroso desses princípios em todas as suas relações internas e externas, seja com entidades privadas ou entidades públicas.

4.2. Todos(as) os(as) Colaboradores(as) e Membros dos Órgãos Diretivos do Instituto de São Miguel devem cumprir as normas aplicáveis, nacionais e internacionais, de combate à Corrupção e Infrações Conexas, sendo expressamente proibidos todos e quaisquer comportamentos que possam consubstanciar a prática do crime de corrupção ou de qualquer infração conexa previstos na lei. Em particular, é expressamente proibido a todos(as) os(as) Colaboradores(as):

- a. aceitar quaisquer vantagens ou ofertas como contrapartida do tratamento preferencial de qualquer terceiro, para influenciar uma ação ou decisão;
- b. oferecer ou aceitar, em qualquer circunstância e independentemente do valor, dinheiro, cheques e outros bens sujeitos a restrições legais;
- c. influenciar as decisões dos parceiros de negócio por qualquer forma ilegal ou que pareça contrariar as normas aplicáveis;

d. obter algum benefício ou vantagem para a empresa, para o(a) Colaborador(a) ou para terceiros, através de práticas pouco éticas ou contrárias aos deveres do cargo, nomeadamente através de práticas de corrupção, recebimento indevido de vantagem ou tráfico de influências.

4.3. No exercício da atividade do Instituto de São Miguel, podem ser frequentes as interações com funcionários públicos, administrativos, agentes governamentais e demais organismos públicos, devendo tais interações ser pautadas pela maior retidão, transparência bem como pelo estrito cumprimento de todas as normas legais e deveres deontológicos aplicáveis, e das disposições da presente Política.

4.4. Para efeitos da presente Política, e sem prejuízo do disposto no Código de Ética e Conduta do Instituto de São Miguel no que aos Brindes e Ofertas Comerciais respeita, apenas poderão ser realizadas ofertas que se enquadrem nas condutas socialmente adequadas e conformes aos usos e costumes. Um benefício é considerado socialmente aceitável se for oferecido como sinal de educação e boas maneiras, conforme os usos e costumes locais, na medida em que esse benefício esteja relacionado com a atividade profissional e não tenha intenção ou propósito de persuadir ou obter um tratamento preferencial ou vantagem ilegítima do destinatário ou de influenciar indevidamente o seu comportamento.

5. Contribuições Políticas

É absolutamente proibido fazer donativos ou contribuições políticas, em dinheiro ou em espécie, em qualquer circunstância, por conta e/ou em nome de qualquer valência do Instituto de São Miguel ou de forma que aparente ser feito por conta ou em nome de qualquer valência ou Comissão Diretiva, a partidos políticos, candidatos a cargos políticos ou organizações ou indivíduos àqueles associados cuja missão seja essencialmente política.

6. Contratação de Terceiros

6.1. Com o objetivo de assegurar que os terceiros contratados pelo Instituto de São Miguel respeitam a presente Política e a legislação existente em matéria de prevenção de corrupção e infrações conexas, o Instituto de São Miguel definiu um conjunto de princípios e regras que, sem prejuízo da aplicação das normas legais ou de quaisquer outras normas internas aplicáveis, devem ser observados nos processos de contratação.

6.2. Assim, para efeitos do disposto no número que antecede, devem ser observados, nomeadamente, os seguintes princípios orientadores:

- a. A contratação de terceiros pressupõe uma necessidade legítima dos bens ou serviços a adquirir;
- b. A escolha dos potenciais fornecedores assenta em critérios objetivos, claros e

imparciais;

- c. O terceiro contratado deve ser considerado adequado numa perspetiva de grau de exposição ao risco de corrupção;
- d. As condições aceites pelo Instituto de São Miguel (incluindo preço e condições de pagamento) estão em linha com as práticas de mercado (exceto se alguma razão legítima o justificar);
- e. Os terceiros contratados aceitam a Política Para a Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do Instituto de São Miguel.

7. Incumprimento

7.1. O incumprimento das regras constantes na presente Política por qualquer Colaborador(a) será considerado uma infração grave, a qual, dependendo do grau de culpa do infrator e da gravidade da infração, poderá dar lugar à aplicação das seguintes sanções disciplinares, as quais podem ser aplicadas, com ou sem divulgação no âmbito da empresa:

- a. Repreensão não registada;
- b. Repreensão registada;
- c. Sanção pecuniária;
- d. Perda de dias de férias;
- e. Suspensão do trabalho com perda de retribuição e de antiguidade;
- f. Despedimento com justa causa.

7.2. No caso de incumprimento das regras constantes na presente Política por Parceiros e outros terceiros, motivo para aplicação de penalizações e/ou resolução do contrato adequada e proporcional à infração.

7.3. O não cumprimento das normas da Política poderá ainda conduzir à responsabilização administrativa ou civil dos infratores, e ainda, consoante a gravidade da infração e a culpabilidade do infrator, dar origem a sanções criminais.

7.4. Os crimes de Corrupção e Infrações Conexas referidos nesta Política são puníveis, consoante o enquadramento legal, com penas de multa e com penas de prisão até um máximo de 12 anos.

7.5. O Responsável pelo Cumprimento Normativo deverá elaborar um relatório por cada infração cometida, do qual conste a identificação das regras violadas, a sanção aplicada e as medidas adotadas ou a adotar pelo Instituto de São Miguel no âmbito do seu sistema de controlo interno.

8. Canal Interno de Denúncia

8.1. O Instituto de São Miguel dispõe de um Canal de Denúncias Interno e dá seguimento a denúncias de atos de corrupção e infrações conexas, nos termos do disposto na legislação que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

8.2. A receção e o reencaminhamento de denúncias seguem o procedimento aplicável às denúncias estabelecido no Regulamento de Comunicação de Infrações, disponível em www.institutosmiguel.org

9. Formação interna

9.1. O Instituto de São Miguel assegura a realização de um programa de formação interna periódica sobre o conteúdo da presente Política, a todos(as) os(as) Colaboradores(as) e Membros das Comissões Diretivas do Instituto, visando o conhecimento e compreensão de todas as normas e procedimentos no âmbito da prevenção da corrupção e infrações conexas.

9.2. A formação ministrada deve ser adaptada às funções desempenhadas pelos(as) Colaboradores(as) em causa, tendo em conta os diversos graus de exposição aos riscos identificados.

10. Vigência e Revisão

10.1. A presente Política entra em vigor na data da sua aprovação pelo Conselho de Coordenador e deverá ser revista a cada 3 (três) anos e sempre que exista qualquer alteração, nomeadamente na estrutura orgânica da Instituição ou desde que se justifique a sua revisão.

10.2. Qualquer alteração à Política deverá ser aprovada pelo Conselho Coordenador, com faculdade de delegação na Comissão Diretiva de cada valência, no que diz respeito às alterações necessárias para conformação da Política com a legislação em vigor a cada momento.

10.3. A presente Política é divulgada, na sua versão mais atual, através do site do Instituto de São Miguel e está disponível para consulta no site oficial (www.institutosmiguel.org).

10.4 Aprovada pelo Conselho Coordenador do ISM, em ATA N.º 413 de 7/07/2023.

Publicada e revista em:

07/07/2023 – V2.2023